

04.FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Objetivo do Judiciário é gerar previsibilidade e confiança, diz Toffoli

Cobrança vem em meio a mal-estar, no Supremo, por decisões conflitantes do presidente e de Fux sobre juiz das garantias

Reynaldo Turillo Jr.
e Julia Chaib

BRASÍLIA O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, abriu o ano do Judiciário na manhã desta segunda-feira (3) enfatizando a necessidade de a Justiça garantir, com suas decisões, a previsibilidade e a segurança jurídica.

“Gerar confiança, gerar previsibilidade e segurança jurídica: esse é o objetivo primordial do Poder Judiciário na atual quadra da história do país, em que se anseia pela retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social sustentável”, afirmou Toffoli.

“Se temos hoje uma democracia consolidada, na qual as liberdades públicas são exercidas amplamente e os direitos fundamentais são reafirmados, isso se deve, em grande medida, à solidez do nosso sistema de Justiça. Solidez essa cunhada à luz da Constituição de 1988 pelo trabalho cotidiano dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da advocacia pública e da advocacia privada.”

Toffoli buscou elaborar uma pauta de julgamentos com temas menos polêmicos que nos anos anteriores — como a prisão em segunda instância —, mas divergências sobre a questão do juiz das garantias agitaram o ambiente interno e externo.

Em janeiro, o ministro Luiz Fux revogou uma decisão de Toffoli que prorrogava por seis meses a implantação do juiz das garantias, decidindo suspender a nova figura por prazo indeterminado. Ministros e auxiliares receiam que Fux demore a levar o tema para análise do plenário.

Nesta segunda, o tribunal informou que Fux marcou para os dias 16 e 30 de março duas audiências públicas para debater com especialistas e entidades a instituição do juiz das garantias, que será responsável por cuidar dos processos criminais durante a fase de investigação.

Fux é relator de quatro ações que questionam a constitucionalidade da nova figura, aprovada pelo Congresso no pacote anticrime.

A controvérsia ganhou um novo capítulo na sexta-feira (31). A Defensoria Pública da União entrou com um pedido de suspensão da liminar de Fux, direcionado a Toffoli. Abriu-se a possibilidade de o presidente do STF reverter a decisão do colega, o que pode gerar nova reviravolta.

Além dos ministros do STF, participaram da cerimônia desta segunda-feira o vice-presidente Hamilton Mourão e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O decano do Supremo, Celso de Mello, não compareceu. O ministro passou por uma cirurgia recentemente e está em recuperação. Celso se aposenta em novembro, quando completa 75 anos, dando espaço à primeira indicação de Bolsonaro para a corte.

Entre os ministros de Estado, compareceram Sergio Moro (Justiça), André Mendonça (Advocacia-Geral da União) e Jorge Oliveira (Secretaria-Geral da Presidência) — os três são vistos como cotados para a vaga de Celso e chegaram juntos —, além de Tarcísio de Freitas (Infraestrutura).

Toffoli afirmou que, “em 2019, o Poder Judiciário brasileiro cumpriu com desvelo sua elevada missão de garantir a efetividade dos direitos e liberdades do cidadão, de promover a segurança jurídica e a pacificação social”.

“O Supremo Tribunal Federal, vértice do sistema judicial e máximo guardião da Constituição, desempenhou papel-chave no equilíbrio da República e na manutenção da paz social. Enfrentamos temas polêmicos, complexos e de grande impacto político, social, econômico e cultural. A corte estabilizou as relações institucionais, promoveu segurança jurídica e garantiu direitos fundamentais”, concluiu.

CONTINUA

04 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Como em 2019, Mourão representou o presidente Jair Bolsonaro na solenidade. Em seu discurso, o vice-presidente disse que o governo respeita a separação dos Poderes ao elaborar políticas públicas e que não precisa usar condutas antirrepublicanas para aprovar as reformas que propõe.

“Agora, um ano depois, destaque: a separação e a independência dos Poderes, como princípios da democracia, foram e são observados e praticados na definição das políticas públicas do governo. Nos esforçamos para ter a exata compreensão do papel de cada um dos Poderes dentro do sistema de freios e contrapesos”, disse.

“De outro lado, ficou claro que não é necessário utilizar-se de condutas antirrepublicanas para aprovação das reformas estruturantes de que o país necessita”, acrescentou, citando a reforma da Previdência, que, segundo ele, “contou com o comprometimento de todos os Poderes”.

Toffoli tem se posicionado a favor das reformas do governo Bolsonaro e propôs a assinatura de um pacto republicano entre os três Poderes.

Na mesma linha, o procurador-geral da República, Augusto Aras, disse que o Ministério Público atua para destravar o desenvolvimento econômico.

“Reafirmamos nosso engajamento por uma atuação mais preventiva para reduzir conflitos em todas as áreas, especialmente a econômica”, disse.

“Queremos contribuir com a resolutividade nas questões atinentes à segurança pública, assim também com o destravamento da economia. Violência e criminalidade tanto ceifam vidas de inocentes como inviabilizam investimentos no país, travando o crescimento econômico e social.”

Na abertura do ano legislativo, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), fez acenos ao fortalecimento do Legislativo, elogiou Toffoli e enviou um recado ao Planalto.

“O Congresso está passando a ocupar um lugar que é seu por direito, como epicentro do debate e da negociação em torno das questões vitais para o desenvolvimento do nosso Brasil”, disse Maia.

No ano passado, ao liderar a aprovação da reforma da Previdência em meio à desarticulação do governo Bolsonaro, Maia acumulou poder e foi apelidado de “primeiro-ministro”, figura inexistente no presidencialismo brasileiro.

Para ele, o presidente do Supremo “vem exercendo papel importante de construção de diálogo e harmonia entre os Poderes”.

Colaborou Angela Boldrini

Alguns julgamentos previstos para o primeiro semestre no Supremo

- Redução de ICMS para agrotóxicos (20.fev)
- Prazo para INSS fazer perícia médica nos segurados (20.fev)
- Fornecimento de remédio sem registro na Anvisa (11.mar)
- Conclusão de julgamento sobre ordem das alegações finais de réus delatores e delatados (25.mar)
- Prisão especial para portadores de diploma de ensino superior (26.mar)
- Pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal, como o que permite diminuir jornada e salário de servidores (2.abr)
- Constitucionalidade da reforma do ensino médio (22.abr)
- Regras de distribuição de royalties do petróleo (29.abr)
- Pontos da reforma trabalhista, como o trabalho intermitente (14.mai)
- Suspensão do WhatsApp e quebra de sigilo das mensagens por ordem judicial (20.mai)
- Porte de arma para guardas municipais (28.mai)
- Validade da delação da JBS (17.jun)

Professora e coordenadora do Supremo
em Pauta da FGV Direito SP

Agenda do Supremo em 2020 tem desafios previsíveis, mas ausências inexplicáveis

O Supremo Tribunal Federal retomou suas atividades com a solenidade de abertura do ano e um discurso de seu presidente pautando como “objetivo primordial do Poder Judiciário na atual quadra da história do país” a previsibilidade. Interessante escolha, pois se há algo de previsível no Supremo Tribunal Federal é sua capacidade em surpreender até aos mais céticos.

Os desafios colocados ao Supremo são previsíveis e, em grande parte, sua reação também. E nada disso é necessariamente positivo. Em verdade, o tribunal começa o ano de 2020 com enormes e conhecidos desafios a superar. Segue sendo um tribunal que acumula funções, que distribui muito poder aos ministros individualmente e que conta com um acervo enorme de processos a julgar.

Sabemos de antemão o que o colegiado do Supremo vai julgar. Aliás, a pauta escolhida pelo presidente Dias Toffoli não é ousada, mas está longe de ser amena.

Apenas nas primeiras semanas de trabalho o tribunal deverá enfrentar o final do julgamento sobre a desapresentação e a possibilidade de redução de vencimentos e de jornada de servidores públicos para manter o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ações relativas à tabela do frete — resultado negociado da greve dos caminhoneiros — serão julgadas ainda em fevereiro. Nos meses de março a

maio estão em pauta ações sobre royalties do petróleo, minirreforma eleitoral, reforma da Previdência de 2003, reforma trabalhista, ICMS na base de cálculo de PIS e Cofins, doação de sangue por homens homossexuais, reforma do ensino médio, Fundeb e a execução da pena das condenações oriundas do Tribunal de Júri antes do trânsito em julgado.

Como não poderia deixar de ser, a pauta conta ainda com casos relativos à Operação Lava Jato, como a ordem de alegações finais entre réus colaboradores e não colaboradores; a validade da delação da JBS e a ação que questiona a lei de organizações criminosas.

Fonte constante de desgaste institucional para o Supremo, a Lava Jato foi o motor para os piores momentos da corte nos últimos anos: decisões excepcionais, interferência no Legislativo, vaivém na posição de ministros.

Por isso, independentemente do resultado do julgamento desses casos, pode-se dizer que o contexto é previsível: ministros e procuradores trocando farpas e um custo enorme para o Supremo lidar com as próprias más decisões tomadas no auge da Operação Lava Jato.

Se a divulgação antecipada dos processos do semestre é uma medida que merece elogios, a falta de transparência nos critérios de escolha dos casos persiste como um problema institucional. E o que não será julgado se torna tão importante quanto o que está na pauta.

Há pelo menos duas ausências inexplicáveis na agenda de julgamentos: a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal — que esteve na pauta um par de vezes em 2019 — e a arguição de suspeição do então juiz Sergio Moro, desdobramento da Vaza Jato, com a revelação de conversas entre o magistrado e procuradores.

Este último caso pode vir à mesa de julgamento a qualquer momento: afinal, o uso oportuno do tempo e da pauta pelo Supremo também é, pode-se dizer, previsível. Da mesma forma, não surpreenderia ninguém uma guerra de liminares entre ministros: a disfunção do Supremo já é conhecida.

Os maiores desafios ao Supremo, entretanto, estão postos pela “atual quadra da história do país” e de igual forma são previsíveis: um Poder Executivo que diariamente ultrapassa os limites constitucionais e, com isso, degrada nossa democracia.

Desde janeiro de 2019, 70 ações foram levadas ao STF questionando atos do presidente da República e outras 28 ações questionando políticas emblemáticas do governo e de seus ministros. Apenas um número ínfimo destas contou com uma decisão. Por enquanto, parece que o Supremo tem, abdicado de impor controles ao Executivo. Em 2020, nada indica que a toada presidencial vá mudar. E o Supremo?

04 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Flávio enaltece investigação da PF que o livrou de dois crimes

Conclusão, porém, não interfere em investigação do Ministério Público do Rio

Carolina Linhares e Italo Nogueira

SÃO PAULO É RIO DE JANEIRO Filho mais velho do presidente Jair Bolsonaro, o senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) classificou como “isenta” a investigação da Polícia Federal que concluiu não haver indícios de que ele tenha cometido os crimes de lavagem de dinheiro e de falsidade ideológica no inquérito eleitoral que mira tanto as negociações de imóveis feitas por ele como a sua declaração de bens na eleição de 2018.

A previsão é que o relatório final da polícia sobre o caso, revelado pela Folha nesta segunda (3), seja entregue à Justiça nos próximos dias.

“Quando a investigação é isenta, só tem esse resultado possível”, disse o senador, ao lado do pai, ao deixar evento em São Paulo de lançamento da pedra fundamental de um colégio militar que será construído no Campo de Marte e tem inauguração prevista para o fim de 2022.

Antes do evento, o presidente foi questionado sobre a investigação e disse: “Pergunta pra PF, eu não me meto nas questões do Judiciário”.

O resultado apurado pela PF sobre Flávio não coincide com os elementos encontrados em um outro inquérito, do Ministério Público do

Rio, que apura a prática de “rachadinha” no antigo gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa — ele foi deputado estadual de fevereiro de 2003 a janeiro de 2019. Nesse tipo de esquema, funcionários são coagidos a devolver parte de seus salários aos deputados.

Segundo a Promotoria, que investiga a prática de peculato, ocultação de patrimônio e organização criminosa, Flávio lavou até R\$ 2,3 milhões com transações imobiliárias e sua loja de chocolates. O senador nega os crimes sob apuração.

A conclusão da PF não afeta a apuração do MP-RJ sobre “rachadinha”, que está em andamento e já apontou o que considera evidências do crime na aquisição de dois imóveis em 2012.

O advogado Frederick Wassef, que defende o senador, afirmou que “o desfecho dessa investigação da PF reforça a inocência” de Flávio.

“Os investigadores entenderam que não havia indício de crime ou qualquer irregularidade e que, portanto, a denúncia não tinha fundamento. Tudo isso deixa ainda mais evidente que o parlamentar enfrenta uma campanha de perseguição movida por forças com interesses escusos. A defesa acredita na Justiça brasileira e tem certeza de que a verdade prevalecerá.”

Embora não haja vinculação entre os procedimentos, Wassef vai solicitar que o relatório da PF seja incluído na investigação do MP-RJ a fim de que as transações imobiliárias fiquem de fora da investigação. “O fato é um só, não importa se na esfera eleitoral, criminal ou cível.”

Embora não sejam sobre o mesmo objeto, as duas investigações têm em comum os imóveis de Flávio.

O procedimento que hoje está com a PF teve como origem uma notícia-crime feita pelo advogado Eliezer Gomes da Silva com base em reportagem da Folha, de janeiro de 2018, que apontava a evolução patrimonial de Jair Bolsonaro, então deputado federal, e seus filhos políticos.

Na denúncia, o advogado destacava que Flávio declarou em 2014 e 2016 ser proprietário de um imóvel em Laranjeiras, mas atribuiu ao bem valores distintos em cada ano.

No seu inquérito, o Ministério Público diz haver suspeita de que o senador tenha usado recursos em espécie na compra de apartamentos para lavar dinheiro da “rachadinha” da Assembleia.

CONTINUA

A investigação local começou após um relatório de inteligência do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) ter detectado movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão no intervalo de um ano nas contas de Fabrício Queiroz, funcionário do gabinete de Flávio e amigo do presidente Jair Bolsonaro.

No caso dos apartamentos, a desconfiança do MP-RJ é que os valores registrados por Flávio em cartórios não sejam verdadeiros. Na investigação da PF, não foram apontados indícios nesse sentido.

Não se sabe que diligências foram realizadas pela PF, bem como se os agentes analisaram todas as transações imobiliárias de Flávio ou apenas do imóvel de Laranjeiras.

A Promotoria fluminense analisou todas as operações imobiliárias do senador. Após quebrar os sigilos bancário e fiscal de Flávio e dos vendedores de seus imóveis, apontou suspeitas na aquisição de dois deles em Copacabana em 2012. O MP-RJ afirma que o senador e sua esposa, Fernanda, pagaram em dinheiro vivo, de forma ilegal, R\$ 638,4 mil na compra dos apartamentos.

Nas reportagens de janeiro de 2018, as primeiras sobre o patrimônio da família, a Folha mostrou que Flávio tinha um Gol 1.0 quando entrou na política, em 2002. Quinze anos depois, quando se candidatou ao Senado, tinha dois apartamentos e uma sala que, segundo a prefeitura, valem R\$ 4 milhões. Ele realizou operações envolvendo 19 imóveis.

O pedido de abertura de inquérito sobre as suspeitas em torno de Flávio chegou à PF depois que o procurador regional eleitoral do Rio, Sidney Madruga, tentou arquivar o caso.

Como a Folha revelou em fevereiro do ano passado, o procurador quis encerrar a apuração sem ter feito nenhuma diligência. O arquivamento pedido por Madruga foi vetado por uma câmara criminal do Ministério Público Federal, que determinou uma avaliação mais rigorosa do caso.

O procedimento foi enviado, então, à Polícia Federal. Assim que recebeu o material, a PF mandou um pedido de análise para a PGR (Procuradoria-Geral da República), para saber em qual instância a investigação deveria ficar.

Como o inquérito foi aberto antes de Flávio tomar posse no Senado, o entendimento foi de que deveria permanecer no primeiro grau, no Rio.

Sob o comando do ministro Sérgio Moro (Justiça), a PF vive clima de instabilidade desde agosto do ano passado, quando Bolsonaro anunciou uma mudança no comando da superintendência do órgão no Rio e ameaçou trocar o diretor-geral, Maurício Valeixo.

No meio da polêmica, o presidente quis emplacar um delegado (Alexandre Saraiva) para assumir a chefia do Rio, mas foi rebatido pela PF, que divulgou outro nome, o de Carlos Henrique Oliveira, da confiança da atual gestão. Após meses de turbulência, Oliveira assumiu o cargo de superintendente no estado em dezembro.

No fim do mês passado, o presidente recolocou o assunto na mesa ao incentivar um movimento pela recriação do Ministério da Segurança Pública. Potencialmente, haveria impacto direto para o órgão, que poderia deixar a pasta da Justiça e passar à responsabilidade de outro ministro.

Bolsonaro voltou atrás e disse que a chance de mudança nesse sentido é zero, ao menos neste momento.

Entenda o caso sobre Flávio Bolsonaro

Qual a diferença entre as apurações da PF e do MP-RJ? A Polícia Federal apurou suspeita de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica eleitoral por Flávio Bolsonaro. A investigação tem como origem uma queixa-crime baseada na evolução patrimonial de Flávio e mirou negociações de imóveis pelo senador. Já o MP-RJ apura suspeita de "rachadinha" no seu gabinete enquanto ele era deputado estadual no Rio de Janeiro. Nesse tipo de esquema, funcionários são coagidos a devolver parte de seus salários aos deputados

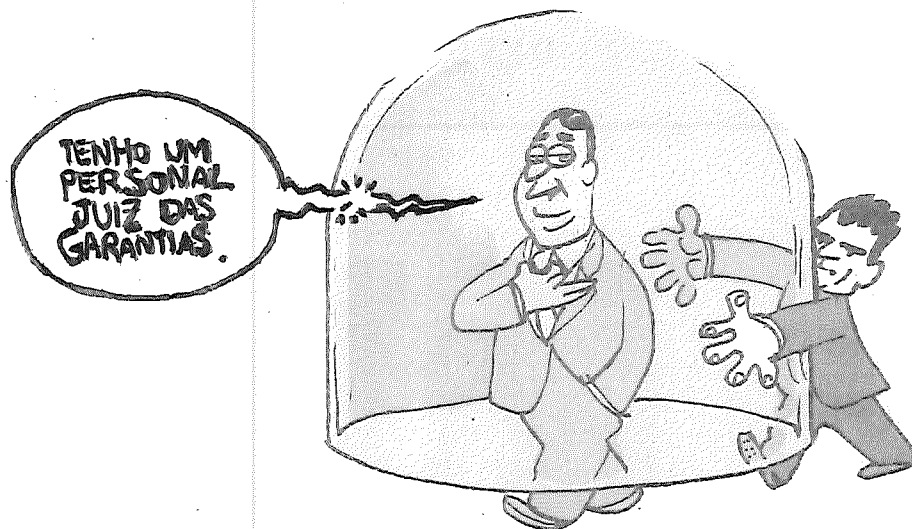
O que as investigações concluíram? A PF não encontrou irregularidades nas negociações de imóveis avaliadas. O MP-RJ, por outro lado, disse que há indícios de que Flávio lavou dinheiro obtido com a "rachadinha" via compra e venda de imóveis e por meio de uma loja de chocolates no Rio

Quais as evidências apontadas pelo MP-RJ sobre lavagem de dinheiro via negociações imobiliárias? Em dez.12, Flávio e a mulher compraram duas kitsnets em Copacabana. Eles declararam ter pago R\$ 310 mil pela transação. No dia da concretização do negócio, contudo, o vendedor depositou R\$ 848 mil (R\$ 638 mil em dinheiro). Flávio vendeu os imóveis pouco mais de um ano depois, tendo declarado um lucro de R\$ 813 mil. Pelas contas do Ministério Público, o rendimento real foi de R\$ 176,6 mil. Para a Promotoria, houve subfaturamento na compra para que a diferença entre o valor declarado na aquisição e o da venda fosse lavada por supostamente ser o lucro obtido na transação

04 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

PF, INOCENTA
FLAVIO BOLSONARO



TIROTEIO

“ Se a PF diz que é lícito, falta dizer como é lícito. Salário de deputado não permite a compra de imóveis como ele comprou

Do deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), sobre o relatório da PF que livrou Flávio Bolsonaro de lavagem de dinheiro e falsidade ideológica

04 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Justiça rejeita denúncia do MPF contra Lula em invasão de triplex

SÃO PAULO A Justiça rejeitou denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o ex-presidente Lula pela invasão do apartamento triplex no Guarujá, em abril de 2018.

O MPF o acusava de incentivar a invasão pelo MTST em discurso em 7 de abril de 2018, horas antes de se entregar à Polícia Federal. O ex-presidente disse que o MTST poderia ocupar o imóvel, invadido dias depois de Lula começar a cumprir pena.

“Ainda que a denúncia descreva como o acusado convocou, instigou e estimulou os corréus a perpetrarem a invasão (..), não vinculou de modo conclusivo, necessário e determinante a conduta individual ao evento delituoso”, diz à decisão da juíza Lisa Taubemblatt, da 6ª Vara Federal de Santos.

Guilherme Boulos e mais três militantes do MTST seguem como corréus da ação. Mônica Bergamo

Pezão nega ter recebido propina e afirma que prisão foi violência

RIO DE JANEIRO O ex-governador do Rio de Janeiro Luiz Fernando Pezão (MDB) negou nesta segunda-feira (3) ter recebido propina do esquema de seu antecessor, Sérgio Cabral (MDB). Em seu primeiro depoimento após ser solto, ele classificou sua prisão como uma violência.

Ele foi o único governador do estado a ser preso durante o mandato.

“Fui tirado de dentro do Palácio Laranjeiras [resi-

dência oficial do governo] de uma maneira muito violenta. Não esperava, faltando 33 dias para terminar o governo, sofrer o que sofri. Seis homens de fuzis, quatro mulheres de pistolas apontadas para a minha cabeça e na minha esposa”, disse Pezão.

Pezão é acusado de receber R\$ 150 mil de mesada quando era vice de Sérgio Cabral e manter o esquema de corrupção em sua gestão. Italo Nogueira

BEMPARANÁ

BIÊNIO 2020/2021

04 FEV 2020



Nova diretoria do TRE-PR toma posse

Aconteceu ontem a cerimônia solene de posse da nova cúpula diretiva do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). Assumiram os desembargadores Tito Campos de Paula, como presidente, na vaga deixada pelo desembargador Gilberto Ferreira, e Vitor Roberto Silva, como vice-presidente e corregedor, na posição anteriormente ocupada pelo desembargador Tito.

Os novos gestores, que têm o desafio de organizar as próximas eleições municipais, foram escolhidos pela Corte do TRE-PR em dezembro de 2019. Eles haviam sido indicados para as vagas pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Os mandatos com início em 2020 passam de um para dois anos.

Tito Campos é natural de Ribeirão do Pinhal, Norte Pioneiro do Paraná, Formou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1987. No dia 15 de março de 2013, tomou posse como desembargador do TJPR e em 2019 exerceu a vice-presidência e corregedoria do TRE-PR.

Roberto Silva nasceu em Ponta Grossa, e é Bacharel em Direito pela UEPG) Em 2014, foi promovido ao cargo de desembargador do TJPR.

04 FEV 2020

BEMPARANÁ

RACHADINHA

PF inocenta Flávio Bolsonaro de lavar dinheiro

A Polícia Federal concluiu não haver indícios de que o senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) tenha cometido os crimes de lavagem de dinheiro e de falsidade ideológica no inquérito eleitoral que mira tanto as negociações de imóveis feitas pelo filho mais velho do presidente como a sua declaração de bens na eleição de 2018. A previsão é a de que o relatório final da polícia sobre o caso seja entregue à Justiça nos próximos dias.

O resultado anão coincide com os elementos encontrados em um outro inquérito, do Ministério Público do Rio, que apura a prática de “rachadinha” no antigo gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa —ele foi deputado estadual de fevereiro de 2003 a janeiro de 2019. Nesse tipo de esquema, funcionários são coagidos a devolver parte de seus salários aos deputados. Segundo a Promotoria, Flávio lavou até R\$ 2,3 milhões com transações imobiliárias e com sua loja de chocolates.

04 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dias Toffoli abre Ano Judiciário e destaca empenho do STF para garantir direitos fundamentais

Na abertura do Ano Judiciário de 2020, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, disse, na manhã desta segunda-feira (3), que a Corte permanecerá “empenhada e destemida” em garantir os direitos fundamentais, as liberdades públicas, e moderar e pacificar os grandes conflitos do país, como forma de promover a segurança jurídica necessária à retomada do desenvolvimento.

O ministro Dias Toffoli afirmou que a força-motriz do STF neste ano será buscar a realização dos objetivos fundamentais da República previstos no artigo 3º da Constituição Federal: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação.

O presidente do Supremo destacou que manterá o diálogo institucional com os demais Poderes, com as instituições essenciais à Justiça e com a sociedade. “Se temos hoje uma democracia consolidada, na qual as liberdades públicas são exercidas amplamente e os direitos fundamentais são

reafirmados, isso se deve, em grande medida, à solidez do nosso sistema de Justiça”, apontou.

De acordo com o ministro Dias Toffoli, o Judiciário brasileiro é um dos mais produtivos do mundo e avança continuamente em eficiência e celeridade. Citando o relatório “Justiça em Números de 2019”, citou que o número de processos em tramitação em todo o país, em 2018, reduziu em 1 milhão.

“O Poder Judiciário nacional apresentou os maiores índices de produtividade dos últimos 10 anos. Foram proferidas 32 milhões de sentenças terminativas; 1.877 casos baixados por magistrado. Os resultados alcançados devem-se à dedicação e ao trabalho diário e incansável dos 18.141 magistrados, 272.138 servidores, 73.926 colaboradores terceirizados, 64.609 estagiários e 21.361 conciliadores, juízes leigos e voluntários, que compõem a enorme força de trabalho do Poder Judiciário brasileiro”, salientou.

O presidente do STF observou que os números alcançados em 2019 refletem o compromisso da Corte em uma prestação jurisdicional eficiente. “Estamos decidindo mais, em menos tempo e baixando mais

processos. Tudo isso a despeito da diminuição real de 20% no orçamento da Corte nos últimos 10 anos, evidenciando o uso mais eficiente dos recursos públicos. Encerramos 2019 com o menor acervo dos últimos 22 anos, com 31 mil processos”, disse.

Segundo o ministro Dias Toffoli, o Supremo enfrentará, em 2020, uma série de temas de relevância nacional, como a incidência de ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins, o preço mínimo para o transporte rodoviário de cargas, a distribuição dos royalties de petróleo, ações contra a Reforma Trabalhista e a Minirreforma Eleitoral.

O presidente do Supremo ressaltou ainda políticas públicas formuladas e implementadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para impulsio-

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**STF encerra
recesso
judiciário com
mais de 3,5
mil processos
analisados**

04 FEV 2020

No período do recesso judiciário do Supremo Tribunal Federal (STF), entre 20 de dezembro de 2019 e 2 de fevereiro de 2020, foram emitidos mais de 3,5 mil (3.546) despachos e decisões. Desse total, 2.094 referiam-se a AREs, 777 a Habeas Corpus e 282 a Reclamações. As demais classes processuais – Petições, Recursos, Mandado de Segurança, Inquéritos, Extradicações entre outras – somaram cerca de 11% do total.

De 20/12 a 18/1 e de 30/1 a 2/2, o ministro Dias Toffoli analisou mais de 3.397 processos, sendo 2.073 AREs, 706 Habeas Corpus, 267 Reclamações, enquanto as demais classes somam pouco mais de 10% do total. Foram 1.447 despachos e 2.043 decisões.

FÁBIO CAMPANA

Vaga à vista

O atual presidente do TST, Brito Pereira, teria planos para se aposentar após transferir o comando do tribunal para Cristina Peduzzi, o que acontecerá em fevereiro. Tudo confirmado seria a primeira nomeação de Bolsonaro para um corte superior, antecipando-se que já estão programadas.



Sentença foi anulada pelo juiz Marcus Holz

Juiz anula sentença para pagamento de R\$ 380 mi

Uma sentença de um processo da Operação Lava Jato que condenou a empreiteira Mendes Júnior Trading e Engenharia e dois executivos ao pagamento de mais de R\$ 380 milhões foi anulada ontem pelo juiz Marcus Holz, da 3ª Vara Federal de Curitiba. A anulação se deu com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que os réus delatados têm o direito de apresentar as alegações finais depois dos réus delatores.

De acordo com o juiz, o entendimento também se estende às ações de improbidade administrativa – que é o caso – por entender que são dotadas de viés acusatório e semelhante às ações penais. A condenação, de outubro de 2019, era do próprio magistrado. Agora, o processo volta para a fase de alegações finais. No prazo de 30 dias, o Ministério Público Federal (MPF), a Petrobras e a União devem apresentá-las. ●

PGR dá parecer favorável de semiaberto a Geddel

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STF) parecer favorável à concessão do regime de prisão semiaberta ao ex-ministro Geddel Vieira Lima, que está preso desde julho de 2017. Em outubro do ano passado, Geddel foi condenado pela Segunda Turma do STF a 14 anos e 10 meses de prisão pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa na ação penal do caso relacio-

nado aos R\$ 51 milhões em espécie encontrados pela Polícia Federal (PF) em um apartamento localizado em Salvador.

O parecer da PGR, assinado pela subprocuradora Lindôra Araujo, foi motivado por um pedido da defesa do ex-ministro ao Supremo. Segundo os advogados, Geddel pode passar para o regime semiaberto, no qual o preso é autorizado a sair durante o dia para trabalhar e retorna ao presídio à noite. ●

04 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Presidente do Senado pretende pautar projeto que estabelece mandato de dez anos para ministros e prevê que escolha de integrante para Corte seja por lista tríplice

Alcolumbre dá prioridade a mudanças no Supremo

Daniel Wettermann / BRASÍLIA

Após um ano marcado por embates entre representantes do Judiciário e do Legislativo, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), definiu como uma das prioridades de 2020 votar proposta que muda a forma de escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e limita a dez anos seus mandatos, hoje vitalícios. A medida é vista no meio jurídico como uma forma de reduzir o poder de integrantes da Corte, pois eles ficariam menos tempo na cadeira. Já apoiadores de Jair Bolsonaro veem uma tentativa de esvaziar as atribuições do presidente e dificultar uma eventual indicação do ministro da Justiça, Sérgio Moro, ao tribunal.

A mudança na escolha dos membros do STF está prevista em uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) em discussão na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O texto, apresentado pelo senador Lasier Martins (Podemos-MS) em 2015, obriga o presidente a indicar os integrantes da Corte dentro de uma lista tríplice. Neste modelo, uma comissão formada por sete instituições, entre elas o próprio Supremo e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), faria a lista.

O formato é semelhante ao adotado em alguns países da Europa, como Portugal, onde ministros têm mandatos de nove anos e, de um total de 13, três são escolhidos pela própria Corte. Hoje, no Brasil, o presidente

da República é livre para escolher qualquer pessoa, desde que tenha “notável saber jurídico e reputação ilibada”. O Senado precisa dar aval ao nome indicado após sabatina. Até o fim do mandato, em 2022, Bolsonaro poderá fazer duas indicações. Caso seja reeleito, mais duas.

No início do ano, a proposta chegou a ser alvo de bolsonaristas nas redes sociais, que viram na iniciativa uma retaliação a Moro. Na avaliação de aliados do ministro, ele dificilmente figuraria na lista tríplice. Após a enxurrada de críticas, senadores admitem alterar a PEC para prever que a medida, caso aprovada, só valha a partir de 2023.

Lista. A PEC foi incluída como nono item de uma lista de dez prioridades para 2020 divulgada ontem pelo Congresso em razão do início do ano legislativo.

No topo estão as reformas econômicas, como a que muda o sistema de tributação e a que reformula carreiras de servidores. A presidente da CCJ, senadora Simone Tebet (MDB-MS), afirmou que só pautará a PEC

após aprovar medidas econômicas. “Não posso ser irresponsável de colocar na frente das PEC econômicas, concordando com elas ou não, qualquer projeto polêmico”, disse a senadora.

Nos bastidores, parlamentares viram a inclusão da proposta sobre o STF como uma sinalização de Alcolumbre para diminuir as pressões que enfrenta ao não pautar assuntos que gerem conflitos com o Judiciário.

“A nona colocação é estratégia para não tratar neste ano. Mas vamos cobrar”, disse Martins. “Foi para diminuir pressão e aumentar cacife perante o Supremo”, afirmou o senador Plínio Valério (PSDB-AM), autor de outra PEC sobre o tema.

No ano passado, Alcolumbre enterrou duas tentativas de senadores de criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com foco na atuação de ministros do Supremo, a CPI da Lava Toga. A justificativa era o que os parlamentares chamam de “ativismo judicial”, como decisões para anular ou alterar projetos aprovados pelo Congresso. O presidente do Senado também não levou adiante pedidos de impeachment de ministros da Corte.

CONTINUA

04 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A inclusão da PEC na lista de prioridades, porém, ocorre após o ministro Luiz Fux suspender a criação do juiz de garantias, aprovado no fim do ano passado. A decisão foi vista por parlamentares, incluindo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), como uma afronta ao Legislativo.

Em discurso na cerimônia de abertura do ano legislativo no Congresso, ontem, o presidente do Supremo, Dias Toffoli adotou um tom de conciliação entre os Poderes. Segundo o ministro, não cabe ao Judiciário “ter desejos”. O ministro voltou a afirmar que o “Legislativo cuida do futuro, o Executivo, do presente, e o Judiciário, de conflitos do passado”.

/ COLABOROU
RAFAEL MORAES MOURA

Fux marca para março audiências de juiz de garantias

● O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, marcou para os dias 16 e 30 de março a realização de duas audiências públicas sobre a criação do juiz de garantias, medida prevista no pacote anticrime sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro em dezembro. Com isso, uma decisão de Fux sobre o assunto deve ficar para abril.

Durante o plantão do Judiciário, o ministro suspendeu por tempo indeterminado a vigência da proposta, que prevê a análise de processos criminais por dois juizes. Integrantes da Corte pressionaram o colega para liberar o mais breve possível para julgamento ações que contestam a lei.

Um dos receios é de que Fux segure os processos por anos, como fez com a liminar que autorizou o pagamento de auxílio-moradia a magistrados – o benefício custou pelo menos R\$ 1 bilhão. Não há previsão de quando o ministro vai liberar o caso para o plenário. / RAFAEL MORAES MOURA e JULIA LINDNER

04 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Cabral afirma que Pezão ajudou a montar esquema

Também ouvido ontem pela Justiça, ex-vice-governador negou ter recebido propina, criticou aliado e disse que prisão foi 'aterrorizante'

Caio Sartori / RIO

Preso há mais de três anos, o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (MDB) disse na tarde de ontem ao juiz Marcelo Bretas que o ex-governador e cor-religionário Luiz Fernando Pezão o ajudou a montar todo o esquema de propina que funcionou durante seu governo (2007-2014). Pezão foi vice-governador e secretário de Obras de Cabral, a quem sucedeu no Palácio Guanabara de 2014 a 2018.

“Confirmo que o vice-governador e governador Luiz Fernando Pezão participou da estruturação dos benefícios indevidos desde o primeiro instante do nosso governo, desde a campanha eleitoral e durante os oito anos em que fui governador. E, posteriormente (já no governo Pezão), tenho algumas informações a respeito”, disse Cabral na 7.ª Vara Federal Criminal do Rio, onde correm os processos da Lava Jato fluminense.

Ele reafirmou o que disse em delação o ex-operador e hoje colaborador das investigações Sérgio de Castro Oliveira, o “Serjão”, que relatou que Pezão recebia uma mesada de R\$ 150 mil durante o governo Cabral. “Os fornecedores falavam em 10%, 15% (nos governos anteriores). Eram pagos pelas fornecedoras aos governos anteriores. Eu estabeleci junto com o Pezão um percentual de 5%: eram 3% para o meu núcleo, 1% para o dele,

que era a Secretaria de Obras, e 1% para o Tribunal de Contas para a aprovação das licitações”, declarou Cabral, cujas penas somam 267 anos de prisão.

Além dos R\$ 150 mil por mês, Pezão também receberia, segundo o ex-aliado, bônus – normalmente entregues no fim do ano –, além da chamada “taxa de oxigênio”, porcentual de 1% cobrado em cima de projetos da Secretaria de Obras.

Outro suposto benefício indevido seriam pagamentos da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio (Fetranspor), que pagaria um valor mensal de R\$ 500 mil. Os empresários de transportes também teriam dado propina de R\$ 30 milhões para a campanha dele em 2014.

“O Pezão tinha um estilo de vida muito simples, então passava a impressão de que esses be-

nefícios não ocorriam. Mas eu sabia que ocorriam, e até a forma como ele fazia uso desses benefícios”, afirmou Cabral.

‘Perplexo’. Pezão também foi ouvido ontem – foi seu primeiro depoimento desde que foi preso, em novembro de 2018. Ele negou as acusações às quais responde e, antes de responder aos questionamentos de Bretas, pediu a palavra. “Estou há 14 meses esperando para falar. Fui preso sem ter direito a falar.” Segundo Pezão, sua prisão foi “aterrorizante”.

O sucessor de Cabral negou as acusações do seu antigo aliado e do delator “Serjão”. “Acho que é uma delação combinada para ganhar benefício, e eu sou o único que restou aqui. Não sei qual é a mágoa, a frustração que eles têm.” Pouco antes de ser preso, Pezão disse ao Estado que tinha vontade de visitar Cabral “e lhe dar um abraço”.

De acordo com o ex-vice, ele não tem dinheiro guardado – como afirmou Cabral – e nunca recebeu mesada de R\$ 150 mil ou propina da Fetranspor. “Eu estou abismado e perplexo com a criatividade deles.”

• depoimentos

“Luiz Fernando Pezão participou da estruturação dos benefícios indevidos desde o primeiro instante do nosso governo.”

Sérgio Cabral

EX-GOVERNADOR DO RIO

“Acho que é uma delação combinada para ganhar benefício. Estou abismado com a criatividade deles.”

Luiz Fernando Pezão

EX-GOVERNADOR DO RIO

CONTINUA

04 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A Bretas, o ex-governador também criticou a forma como se deu sua prisão. "Eu fui tirado de dentro do Palácio Laranjeiras de uma maneira muito violenta. Não esperava sofrer o que eu sofri, sair daquela maneira: precisar entrar seis pessoas de fuzis, com armas apontadas para mim e minha esposa. Achei uma violência muito grande", afirmou Pezão.

Os depoimentos dos ex-governadores ocorreram na Operação Boca do Lobo, que levou à prisão de Pezão. Ele estava em prisão preventiva desde novembro de 2018, quando foi detido na sede do governo do Rio, a pouco mais de um mês de completar seu mandato.

Em dezembro, por entender que o ex-governador não representava mais uma ameaça às apurações, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) mandou soltá-lo. Ele cumpre, agora, medidas cautelares: não pode deixar o Estado ou ocupar cargos públicos. Também é obrigado a usar tornozeleira eletrônica.

Aras nega ação contra Witzel por 'tiro na cabecinha'

● Em manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) na sexta-feira, o procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou que a ação movida pelo PSOL contra o governador do Rio, Wilson Witzel (PSC), sobre falas a respeito da segurança pública não é instrumento adequado para evitar ações do Estado na área. Para ele, não é possível que haja "cerceamento prévio e genérico da palavra do governador".

A ação cita declaração dada por Witzel em entrevista ao Estado em novembro de 2018. "O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro", afirmou Witzel logo após as eleições. "As declarações de Wilson Witzel como candidato podem ter gerado divergências e críticas sociais, que são inerentes à democracia", escreveu Aras.

No pedido, o PSOL pede para que o Rio de Janeiro "se abstenha de adotar a política pública de segurança que estimule o abatimento e/ou neutralização de pessoas". / PEPITA ORTEGA

FOLHA DE LONDRINA

PF livra filho Flávio de dois crimes

Carolina Linhares

Folhapress

04 FEV 2020

São Paulo - Questionado na nessa segunda-feira (3), em São Paulo, sobre o fato de a Polícia Federal ter concluído não haver indícios de que o senador Flávio Bolsonaro (sem partido-RJ) tenha cometido os crimes de lavagem de dinheiro e de falsidade ideológica, o presidente Jair Bolsonaro se limitou a dizer: "Pergunta pra PF, eu não me meto nas questões do Judiciário".

Reportagem da Folha de S. Paulo revelou que o filho do presidente se livrou em investigação da Polícia Federal no inquérito eleitoral que mira tanto as negociações de imóveis como a sua declaração de bens na eleição de 2018. A previsão é a de que o relatório final da polícia sobre o caso seja entregue à Justiça nos próximos dias.

Bolsonaro esteve na capital paulista para o lançamento da pedra fundamental do Colégio Militar de São Paulo, que será construído no Campo de Marte e tem inauguração prevista para o final de 2022. Debaixo de chuva forte, houve uma bênção católica para o início das obras. José de Anchieta foi declarado padroeiro do colégio.

O senador Flávio Bolsonaro esteve presente na cerimônia. O presidente chegou acompanhado também do deputado Eduardo Bolsonaro (SP), além de ministros, como Abraham Weintraub (Educação) e Ricardo Salles (Meio Ambiente). A secretária de Cultura, Regina Duarte, e o irmão de Bolsonaro, Renato, compareceram.

Após o mesmo evento, Flávio foi questionado sobre a investigação e disse: "Quando a investigação é isenta, só tem esse resultado possível".

04 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Feminismo

Bonitas e eloquentes as manifestações pela morte da bailarina Magô, especialmente a havida em Maringá na carga coletiva contra o feminicídio, hoje uma deformação que as leis, tipo Maria da Penha, não deram a resposta adequada e exigem essas mobilizações, o quanto possível, mais frequentes. As celebrações de Curitiba e Londrina revelaram que a sociedade está muito consciente do papel a desempenhar. Uma das vulnerabilidades por exemplo das mulheres perseguidas pelos ex-maridos e ex-namorados está na fragilidade dos rituais das medidas protetivas quase sempre burladas pelos potenciais agressores, alguns reincidentes, como se a justiça não pudesse contê-los. A prisão em caso de burla deveria ser imediata, pois ficaria nítido que as ressalvas e advertências não se mostram suficientes.

OPINIÃO DO LEITOR

Uma questão humanitária

Acredito que o senhor prefeito municipal deveria reunir entidades como o Judiciário, Ministério Público, OAB, Associação Comercial, Sociedade Rural, Igreja Católica, Conselho dos Pastores, Rotary, Lyons e outras associações da cidade para discutirem e acharem uma solução para o grave problema da mendicância em nossa cidade, uma vez que são os nossos organismos operantes, inclusive com respaldo jurídico. Londrina atingiu o selo A no turismo nacional e não pode mais conviver com essa situação de penúria e miséria que assola o município. Além do mais, tal situação tem colocado em risco os moradores, pois muitos ao pedirem e não conseguirem o seu intento, ameaçam e amaldiçoam os que não dão esmolas. Um claro exemplo pudemos constatar na feira do produtor, no último domingo. Ao pedir para um taxista e não obter o solicitado, o morador de rua não só o destratou, como o amaldiçoou, desejando que ele batesse o carro. Um trabalhador, em pleno domingo, levando um cliente à feira, e ter que ouvir uma coisa dessas, é inaceitável! Se queremos uma Londrina próspera e que cause uma imagem positiva para o restante do País, urge solucionar esse gravíssimo problema!

Antonio Carlos Panichi (administrador) – Londrina.